



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Objeto da Contratação

Subscrição, por 12 (doze) meses, de 5 (cinco) licenças de *software* para criação e edição de vídeos em animação de quadro branco.

### 2. Fundamentação da Contratação

#### 2.1. Motivação

A cada ano, cresce a demanda por capacitação realizada virtualmente, mediante ferramentas digitais. Além da economia em deslocamento, na contratação de cursos, entre outros, o ensino a distância também confere mais agilidade e alcance de um público maior, impossível de se atender presencialmente.

No entanto, para que o ensino a distância seja eficiente no que se propõe, é importante buscar as ferramentas disponíveis para que o ensino aprendizagem seja efetivo e condizente com as demandas que estudantes hoje apresentam.

Com a necessidade de melhorar cada vez mais o padrão de qualidade dos tutoriais, cursos e vídeos oferecidos pelo TRE-SC, a fim de que ele ofereça mais versatilidade e metodologias alternativas de aprendizagem, solicita-se a aquisição de um software que permita a criação de vídeos modernos e versáteis, montagem de *story boards* e animações em *stop motion*, utilizando desenhos e *lettering* para treinamentos, cursos e até marketing digital, deixando-os mais atrativos.

Essa ferramenta poderá ser utilizada em diversos tipos de materiais, como aulas em EAD (ensino a distância) e outros projetos institucionais.

#### 2.2. Objetivos e Benefícios

Otimização das tarefas relativas à criação e edição de vídeos em animação de quadro branco, por meio de aplicativos apropriados atualizados, obtendo a expansão na qualidade dos trabalhos de capacitação desenvolvidos pelos usuários dessas ferramentas.

- Treinamentos institucionais e cursos modernos e atrativos, em função das animações ilustradas.
- Criação de vídeos consistentes, que podem ser utilizados em diversos cursos e divulgação em redes sociais.
- Inúmeras possibilidades na questão de edição e criação de conteúdos personalizados, como ilustrações vetorizadas, criação de uma variedade de cenários e animações, edição de textos e *lettering*, acompanhamento em *story boards* com os elementos, edição de cores e inclusão de imagens próprias.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Comunicação mais impactante com o público, transmitindo conhecimento de forma concisa e visual.
- Criação e desenvolvimento de vídeos envolventes de aparência profissional de fácil manuseio, sem a necessidade de um ilustrador.
- Aulas e apresentações mais interativas, com animações, inclusão de texto e desenhos para exemplificação de conteúdos.

### 2.3. Alinhamento Estratégico

A solução escolhida está alinhada com os objetivos estratégicos definidos no Plano Estratégico Institucional 2021-2026 do TRE-SC, nos itens:

OERS4 “Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade”,

OEAC1 “Aperfeiçoamento da gestão de pessoas” e

OEAC3 “Fortalecimento da Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Proteção de Dados”.

Além disso, também encontra alinhamento no Plano Diretor de TIC 2023 – 2024, nos itens:

OE1 - “Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário” e

OE7 - “Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores”.

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	<ul style="list-style-type: none"><li>• Objetivo estratégico OERS4 “Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade”;</li><li>• Objetivo estratégico OEAC1 “Aperfeiçoamento da gestão de pessoas”;</li><li>• Objetivo estratégico OEAC3 “Fortalecimento da Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Proteção de Dados”.</li><li>• Iniciativa estratégica “Capacitar e desenvolver juízes eleitorais, gestores e servidores”</li></ul>
PLS	<ul style="list-style-type: none"><li>• Objetivo estratégico: Ampliar a tramitação digital de documentos;</li><li>• Ação estratégica: promover o desenvolvimento de sistemas informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos.</li></ul>
Instrumentos Estratégicos Setoriais	<ul style="list-style-type: none"><li>• OE1 “Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário” (Plano Diretor de TIC 2023 – 2024);</li><li>• OE7 “Reconhecer e Desenvolver as Competências dos</li></ul>



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	Colaboradores” (Plano Diretor de TIC 2023 – 2024); <ul style="list-style-type: none"><li>• OE4 “Promoção da qualificação e do conhecimento organizacional” (Plano Estratégico da Secretaria de Gestão de Pessoas)</li></ul>
--	---

### 2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Documento elaborado e incluído no PAE n. 21.545/2023.

### 2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Licença para utilização do <i>software</i> pelo período de 12 meses	5 licenças	5 licenças

### 2.6. Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

### 2.7. Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

### 2.8. Caracterização e Composição do Objeto

Subscrição, por 12 (doze) meses, de 5 (cinco) licenças de *software* para criação e edição de vídeos em animação de quadro branco.

### 2.9. Serviços Adicionais

Não há pacotes de serviços adicionais.

### 2.10. Parcelamento e Adjudicação

O objeto a ser contratado trata-se de pacote único e indivisível, dessa forma, não há condição técnica para o parcelamento do objeto, devendo a adjudicação dar-se por item a favor de um único licitante.

### 2.11. Seleção do Fornecedor

Quando da realização do certame, restará vencedora a empresa que apresentar o menor preço para o objeto descrito no subitem 2.8.

#### 2.11.1. Critérios de Habilitação

Para a habilitação, o TRE-SC consultará em sítios eletrônicos específicos, a regularidade da empresa junto: a) à Receita Federal do Brasil; b) ao FGTS; e c) aos Débitos Trabalhistas (CNDT/TST).

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

### **2.11.2. Critérios de Preferência e de Desempate**

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006, sendo aplicáveis ao objeto a ser licitado os ditames do Decreto n. 7.174/2010.

### **2.12. Modalidade e Tipo de Licitação**

Será realizado Pregão Eletrônico, com critério de julgamento Menor Preço, para escolha da empresa contratada.

### **2.13. Impacto Ambiental**

Não se aplica a esta contratação.

### **2.14. Conformidade Técnica**

Não se aplica a esta contratação.

### **2.15. Obrigações da Proponente**

Apresentar proposta compatível com este Projeto Básico.

### **2.16. Obrigações da Contratante**

O TRE-SC deverá receber o objeto entregue pela contratada, bem como realizar o pagamento no prazo fixado neste Projeto Básico e no Edital.

### **2.17. Obrigações da Contratada**

1. Fornecer o objeto no prazo e demais condições estipuladas neste Projeto Básico / Termo de Referência e em sua proposta;
2. No prazo máximo de 20 (vinte) dias a partir do recebimento do Contrato, entregar os produtos na Central de Serviços de TI, situada no 2º andar do prédio-sede do TRE-SC (rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC), em dia útil, em horário compreendido



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

entre 13 e 19 horas, ou por meio do endereço eletrônico [admsuporte@tre-sc.jus.br](mailto:admsuporte@tre-sc.jus.br), com as devidas chaves e senhas para realização do *download*, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

3. Após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente, que atestará a regularidade dos mesmos; se constatada qualquer irregularidade, a contratada deverá substituí-los no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE-SC;

4. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos de que trata o subitem 2.17.3 não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;

5. Em caso de substituição dos produtos conforme previsto no subitem 2.17.3, correrão à conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega;

6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC;

7. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **2.18. Custo estimado da contratação**

Conforme planilha elaborada pela CCM.

## **3. Especificação Técnica Detalhada**

### **3.1. Requisitos Técnicos**

O *software* deve apresentar:

- Possibilidade de *uploads* de imagens e GIFs ilimitados
- Biblioteca de animações ilustradas feitas à mão
- Gravação de áudio e voz
- Importação de arquivos de áudio e voz
- Múltiplas opções de exportação
- Renderização com resolução de HD 1080p
- Opções de animações de texto e de imagem
- Possibilidade de salvar os projetos online
- Possibilidade de compartilhar projetos
- Uso tanto no *desktop* quanto em um tablete
- Biblioteca de *templates*

#### **3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência**



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Como marcas/modelos de referência, citam-se os *softwares Powtoon e Videoscribe*.

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido. (Servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, a fim de se afastarem eventuais dúvidas que possam ser suscitadas. Destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares aos indicados, que detenham as suas especificações.)

### **3.1.2. Códigos SIASG**

27480 / 27502

### **3.1.3. Vigência**

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o término da vigência da subscrição do *software*, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993. A data de início da contagem do período da subscrição dar-se-á a partir da sua ativação.

### **3.2. Modelos de Documentos**

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 03 de agosto de 2023.



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Anexo I – Plano de Fiscalização

### 1. Execução e Gestão do Contrato

Caberá à pessoa titular da Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina (EJESC), ou a quem a substitua, a função de Gestor do Contrato, sendo responsável por gerir a execução contratual, ficando a critério da Administração a composição de equipe de fiscais (demandante, técnico e administrativo) responsáveis por fiscalizar a execução contratual, consoante às atribuições regulamentares constantes da Res. CNJ n. 182/2013. As ocorrências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

#### 1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

A Central de Serviços receberá o objeto e fará a instalação nas máquinas correspondentes.

A Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina (EJESC) acompanhará a execução contratual, fazendo anotações que forem pertinentes e comunicando à contratada os problemas eventualmente encontrados.

#### 1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

No prazo máximo de 20 (vinte) dias a partir do recebimento do Contrato, a Contratada deverá entregar os produtos na Central de Serviços de TI, situada no 2º andar do prédio-sede do TRE-SC (rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC), em dia útil, no horário compreendido entre as 13 e as 19 horas, ou por meio do endereço eletrônico [admsuporte@tre-sc.jus.br](mailto:admsuporte@tre-sc.jus.br), com as devidas chaves e senhas para realização do *download*, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

#### 1.3. Instrumentos Formais

O ajuste será firmado por meio de termo contratual.

#### 1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

#### 1.5. Acompanhamento do Contrato

A Gestão do Contrato manterá contato com a Contratada por meio de comunicações registradas em *e-mails* compartilhados entre as partes e, sempre que necessário, contatos telefônicos.

#### 1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### 1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### 1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

### 1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

### 1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

### 1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;
- h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e
- i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;
- 1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;
- 1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;
- 1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 1.11.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;
- 1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:
- a) no caso de inexecução parcial, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
  - b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
  - c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 1.11.2.1.4.
- 1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “c” do subitem 1.11.3 são de competência da Presidência do TRE-SC.
- 1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.
- 1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.
- 1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.
- 1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.
- 1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.
- 1.11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.7.2. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3 exaure-se a esfera administrativa.